COMISSÃO: LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI № 033, DE 02/05/2018. AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.137, DE 21 DE AGOSTO DE 2006, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL AO CEFET - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE CUIABÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Relator: Vereador MILTON SOARES

1. RELATÓRIO:

1

Foi encaminhado a esta Comissão o Projeto de Lei nº 043/2018, de autoria do Poder Executivo que, segundo a Mensagem nº 048/2018 e o conteúdo dos artigos 1º: 2º e 3º, do projeto, pretende regularizar a doação efetuada pelo Município ao CEFET alterando dispositivos da Lei Municipal nº 1137/2006, em razão do seguinte:

a) Que o CEFET(donatário original), atualmente, tem a nomenclatura de INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO – IFMT, em razão da Lei Federal nº 11.892, de 29/12/2008(fls.06/11), conforme explicitado no Ofício nº 149/2018/GAB.DIR/IFMT/CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS, de 30/08/2018, subscrito pelo Sr. Fábio Luís Bezerra, Diretor Geral do IFMT - Campus de Campo Novo do Parecis, MT(fls. 04/05);

b) Que por ocasião do georrefenciamento da área doada, constatou-se que esta possoli 68.4254 há(sessenta e oito hectares, quarenta e dois ares e cinqüenta e quatro centiares), conforme se vê na Matrícula nº 14.116, encontradiça à fl. 27.

2. VOTO DO RELATOR:

Verifico que o Projeto veio acompanhado de justificativa contida na Mensageño Legislativa nº 048/2018, de 12 de setembro de 2018, na qual o autor explicita e justifica os motivos das alterações propostas.

É cediço que ao Município, por seu administrador, é permitido, após prévia autorização legislativa, acrescentar, <u>alterar,</u> modificar ou revogar artigos, parágrafos, incisos e letras nas Leis Municipais.

Após minuciosa análise, quanto à legalidade e constitucionalidade, acompanho o parecer do ilustre Assessor Jurídico encontradiço às fls. 30/31 e <u>manifesto-me no sentido de que existe</u> aptidão legal para a tramitação do Projeto em análise, uma vez que não há óbice legal ou constitucional.

3. VOTO DA COMISSÃO:

Diante do exposto, nos termos do vereador relator, a Comissão emite **PARECER FAVORÁVEL** à matéria em epígrafe.

Sala das Comissões, em OI de outubro de 2018.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

MILTON SOARES

Membro e Relator

WAGNER TAVARES DA CUNHA

Presidente

GILBERTO VIEIRA DE MELO

Vice-Presidente